

# Reestruturação Produtiva e Interiorização da Economia no Estado do Rio de Janeiro: Uma nova dinâmica para a Região Norte Fluminense\*

Jayme Barral Neto<sup>♦</sup>  
Romeu e Silva Neto<sup>♠</sup>

Palavras-chave: Indústria Petrolífera; Reestruturação Produtiva; Interiorização da economia; Região Norte Fluminense.

## Resumo

Este trabalho analisa como o processo de reestruturação produtiva da indústria petrolífera na Região Norte Fluminense, e o conseqüente crescimento do setor, a partir da década 80, vem influenciando na interiorização da economia no Estado do Rio de Janeiro, ou seja, no surgimento de novos espaços de destaque no interior fluminense, num contexto de esgotamento de um modelo de industrialização fortemente centralizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Devido a isto, percebe-se os impactos e as expectativas que as atividades extrativistas têm gerado principalmente na Região Norte Fluminense. Setores econômicos como a construção civil e os serviços têm acompanhado a dinâmica crescente das atividades extrativistas, principalmente nos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, os mais impactados por essa dinâmica de crescimento econômico da Região. Com o crescimento econômico, houve também crescimento demográfico. Milhares de pessoas migraram para a Região Norte Fluminense, e mais especificamente para Macaé, em busca de emprego e renda no setor petrolífero, ou nos outros setores em expansão. Contudo, esta crescente densidade demográfica tem trazido profundas mudanças no espaço regional, acarretando muitas vezes grandes contrastes e graves problemas urbanos. Além disto, a indústria petrolífera tem se mostrado presente na Região Norte Fluminense por meio dos *royalties* que paga as prefeituras, por explorar a bacia de Campos. Porém estes recursos, que se tornaram milionários a partir de 1999, tem sido gastos de maneira questionável, que quase sempre não vislumbram estratégias de desenvolvimento regional sustentável, de diversificação da economia, bem como da construção de um espaço pensado socialmente.

---

\* Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

♦ CEFET Campos / PIBIC CNPq

♠ CEFET Campos / ISECENSA

# Reestruturação Produtiva e Interiorização da Economia no Estado do Rio de Janeiro: Uma nova dinâmica para a Região Norte Fluminense\*

Jayme Barral Neto<sup>♦</sup>  
Romeu e Silva Neto<sup>♠</sup>

## 1. Introdução

As grandes mudanças ocorridas no sistema capitalista a partir dos anos 70, como a reestruturação produtiva, a ascensão das doutrinas neoliberais e o crescente fenômeno da globalização, implicaram em profundas transformações para o espaço econômico mundial.

O Brasil também “sentiu” essas mudanças. Seus impactos foram notados em diversas partes do território nacional, inclusive no Estado do Rio de Janeiro, que é objeto de análise neste estudo. Devido a isto, percebe-se em curso no caso do Estado do Rio de Janeiro importantes transformações em seu espaço e economia, como o esgotamento do modelo de industrialização centralizado na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro (RMRJ) e o surgimento de novos pólos de destaque econômico no interior fluminense, ligados à modernização e crescimento de importantes setores produtivos. Dentre esses, o setor extrativista de petróleo vem se destacando como principal atividade econômica localizada majoritariamente no interior.

Este trabalho visa analisar os impactos e as expectativas geradas pelas atividades extrativistas no processo interiorização da economia fluminense, principalmente onde esta atividade industrial se localiza predominantemente, a Região Norte Fluminense.

Além disto, o presente trabalho procura identificar o crescimento de outros setores econômicos na Região Norte Fluminense, bem como apontar os municípios de maior destaque na economia regional. A partir daí, compreender até que ponto estes vem se constituindo como importantes pólos regionais, e verdadeiros “nós”, tanto da malha urbana, como da rede econômica do Estado do Rio de Janeiro, transformando-se em importantes opções locais para pessoas e investimentos.

Desta maneira, o trabalho começa por relacionar as mudanças ocorridas no sistema capitalista, a partir da crise do modelo fordista, com a crise econômica vivida pelo Estado do Rio de Janeiro e a necessidade de superação da polarização econômica da Região Metropolitana. Descreve também neste tópico, alguns fatores que vêm contribuindo para o processo de interiorização da economia.

Depois o trabalho se concentra no desenvolvimento da indústria petrolífera na Região Norte Fluminense. Mostra suas origens na Região, a partir da Petrobrás na década de 70, e também o crescimento deste setor ligado a reestruturação produtiva pelo qual passou.

Partindo então desta compreensão, o trabalho passa a mostrar como as atividades extrativistas afetaram o espaço da Região, por impulsionar outros setores da economia tanto do Norte Fluminense, como além dele. Visa mostrar também, quais os municípios da Região que vem se destacando mais nesta nova dinâmica econômica. Tornando-se pólos na Região.

Após esta explanação, passou-se a considerar uma outra forma que os municípios são afetados pelas atividades extrativistas : os *royalties* do petróleo pagos aos municípios.

Levantou-se a discussão a respeito de como estes recursos vem sendo empregados pelas prefeituras, e as potencialidades que eles representam para a Região Norte Fluminense.

Seguiu-se então, para a conclusão dos resultados obtidos pelo presente trabalho.

---

\* Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

♦ CEFET Campos / PIBIC CNPq

♠ CEFET Campos / ISECENSA

## **1.2 Metodologia**

A metodologia utilizada na realização deste trabalho consiste em três etapas principais: 1) Pesquisa bibliográfica; 2) Levantamento de dados em fontes secundárias; 3) Análise e interpretação dos dados e elaboração dos resultados e conclusões.

Iniciou-se uma vasta pesquisa bibliográfica sobre a economia e o espaço da Região Norte Fluminense, principalmente sobre o desenvolvimento e os impactos da indústria petrolífera. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva com a preocupação de ter uma visão mais abrangente dos fenômenos estudados, ou seja, levar em conta as transformações ocorridas nas escalas estadual, nacional e global que influenciaram na dinâmica regional no período estudado, associando esta visão mais abrangente a uma visão mais específica dos fenômenos estudados no âmbito da Região Norte Fluminense.

Paralelamente foram realizadas consultas em *sites* governamentais como IBGE, CIDE, Petrobrás e outros não-governamentais, em busca de dados estatísticos de grande relevância para o desenvolvimento da Pesquisa.

Em seguida, fez-se a análise e interpretação dos dados coletados e a elaboração das conclusões com a finalidade de buscar a comprovação empírica das hipóteses levantadas no trabalho.

## **2. A Interiorização da Economia Fluminense e a Emergência das Atividades Extrativistas na Economia Estadual e Regional**

A crise econômica do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), a partir de fins da década de 70, é paralela e fortemente vinculada, ao esgotamento de um modelo de industrialização centralizado na cidade do Rio de Janeiro, e também a uma conjuntura internacional de fortes mudanças no setor produtivo.

O sistema capitalista de produção, a partir da década de 70, passou por profundas transformações na esfera produtiva, econômica e política. Com a crise do regime fordista de acumulação, entra em cena um novo modelo de acumulação, denominado “modelo de acumulação flexível”. Este novo regime induz as organizações a uma forte reestruturação nas atividades produtivas, levando, entre outras coisas, à necessidade por parte das empresas de estarem sempre incorporando novas tecnologias para não serem “devoradas” pela selvagem competição que se intensificou a partir de então. Ainda ocorreram mudanças nas tendências à localização das indústrias. Estas têm se afastado dos espaços metropolitanos e procurado se deslocar para o interior, em busca de “externalidades” favoráveis existentes no local, tais como incentivos fiscais, recursos mais baratos e sindicatos pouco organizados. Contudo, as grandes metrópoles continuaram como importantes centros econômicos, só que agora com o foco principal nos serviços e no comércio especializado (Santos, 2003).

Paralelo a isto, a crescente ascensão da ideologia neoliberal e a conseqüente “reforma do Estado” marcaram importantes mudanças políticas e econômicas. Segundo Santos (2003), o Estado perdeu a capacidade política e financeira de manter-se como ator central das políticas públicas. Entra em vigor a idéia de “Estado mínimo”, junto com a desregulamentação da economia e abertura dos mercados.

O Brasil não ficou imune a estas mudanças. Pelo contrario, foi fortemente atingido por elas. Viu-se entrar em crise, a partir da década de 80, o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo brasileiro, intrinsecamente vinculado a forte presença Estatal nos investimentos e no planejamento da economia. Além disso, com a abertura de seu mercado à “selvagem” concorrência internacional, especialmente a partir dos anos 90, muitos de seus produtos encontravam-se defasados tecnologicamente e incapazes de competir de igual para igual com os produtos estrangeiros altamente modernizados (Almeida, 2002). Isto obrigou as

empresas que aqui estavam, nacionais ou não, a se reestruturarem organizacional e produtivamente.

O Estado do Rio de Janeiro foi um dos mais impactados por este contexto de mudanças, tendo como efeito direto o agravamento de sua crise. O Estado teve em seu processo de desenvolvimento econômico uma grande dependência das ações do Governo Federal, direta ou indiretamente, através de suas empresas atuando como demandantes das empresas fluminenses (Silva Neto, 2006). Com a diminuição de gastos públicos, imposta por um contexto de “reforma do Estado” e crise do padrão de financiamento da economia brasileira, recursos que poderiam se transformar em investimentos no Estado passaram “às mãos” de credores internacionais.

Assim, a dependência dos investimentos estatais agravou a “crise relativa<sup>1</sup>”, já vivida pelo Estado desde os anos 30, transformando-a em “crise real” de esvaziamento econômico a partir dos anos 80 (Silva, 2004). Junte-se a isto, a abertura dos mercados nacional e regional à alta competição com produtos estrangeiros e de outras regiões, que expôs à competição extrema importantes setores produtivos como o naval, sucro-alcooleiro e metalúrgico. Estes setores da indústria fluminense acabaram por “envelhecer” tecnologicamente proporcionando queda na sua demanda e atraso na sua estrutura produtiva em todo o Estado.

Os problemas nos diversos segmentos econômicos enfrentados pelo ERJ apresentam efeitos ainda mais severos considerando-se a disparidade econômica existente entre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e as demais regiões do Estado. De acordo com Santos (2003), a economia fluminense carece de uma articulação forte entre as suas regiões e caracteriza-se por uma grande concentração espacial na sua região metropolitana.

“Trata-se da unidade da Federação com maior concentração espacial em termos de produto e de população. Enquanto em todo estado de São Paulo e em todo estado de Minas Gerais são variadas as opções locais para os investimentos industriais, no Rio de Janeiro é a região metropolitana que responde praticamente por toda a economia fluminense, uma vez que o interior deste estado não apresenta o mesmo potencial que o interior daqueles dois outros”. (Santos, 2003, p. 72)

Viu-se então a necessidade de superação do modelo de industrialização centralizado na RMRJ, passando para um processo de interiorização industrial, criando bases industriais e sistemas de apoio tecnológico em diferentes pontos do território fluminense.

Este processo de interiorização industrial não pode ser visto como exclusivo do ERJ (uma invenção fluminense), mas segue uma tendência e lógica mundial. Claro, com diferenças e particularidades no processo do Estado.

Cabe destacar que não se trata, no caso do ERJ, de uma expansão das atividades industriais para outras partes do território fluminense, ampliando tais atividades a partir da metrópole, mas sim de um “resgate” das bases produtivas, atrasadas tecnologicamente e incapazes de se reestruturar. Este processo, passa a reestruturar atividades tradicionais através do crescimento de outros pólos espalhados no território fluminense.

“... a localização destas atividades no interior do estado não configura, no caso do Estado do RJ, um processo de desconcentração espacial a partir da metrópole, mas sim de reconstrução das bases industriais sustentadas em novos setores e formas organizacionais, acompanhada perspectivas ao mesmo tempo locais e internacionais” (Oliveira, 2003, p. 102)

---

<sup>1</sup> Silva (2003) explica que a crise dos anos 30 aos anos 80 é “relativa” porque o ERJ crescia, porém no ritmo menor que o Brasil e o Estado de São Paulo. Já a “crise real”, a partir dos anos 80, refere-se a perdas econômicas reais.

Para entender este processo de interiorização industrial e superação do modelo de industrialização centralizado no ERJ, é importante destacar os novos papéis dos estados e dos municípios ao final da década de 80.

Com a predominância ideológica neoliberal, de não intervenção estatal, o então modelo de industrialização, dependente do financiamento estatal e planejado por este, viu-se enfraquecido. Junte-se a isto o fato de os poderes locais (governo de estados e municípios), a partir da constituição de 1988, ganharem mais autonomia, passando a não depender exclusivamente do planejamento central para formular suas políticas econômicas. Esses governos passaram a interagir diretamente com a escala global, sem ter que passar primeiro pela escala nacional. Isto permitiu uma maior autonomia de regiões periféricas no que diz respeito a estratégias de desenvolvimento regional e formação econômica.

Com tal autonomia, deu-se início à chamada “Guerra Fiscal” entre os municípios na tentativa de atrair para si maiores investimentos e recursos externos. Impostos municipais como ISS, IPTU e taxas de água foram reduzidos, ou até mesmo isentos para as empresas investidoras.

No caso do ERJ, municípios e regiões anteriormente marginalizados viram a oportunidade de se constituir como novos pólos de crescimento econômico, abrindo perspectivas para uma centralização econômica na Região Metropolitana. O governo do ERJ também entrou nesta “guerra”, como por exemplo, o governo Brizola, em 1993 aprovou uma lei que prorrogara os prazos de recolhimento de ICMS para empresas que ampliassem seus investimentos no Estado (Oliveira, 2003).

Tais estratégias fiscais contribuíram e ainda contribuem para a atração de investimentos para as diversas regiões do ERJ, permitindo assim uma maior independência das regiões do interior em relação à RMRJ, no que se refere à sua formação econômica e produtiva.

Porém, as estratégias fiscais, por si só, não explicam a recente recuperação e reestruturação econômica do Estado do Rio de Janeiro e o processo de interiorização da economia fluminense.

Pode-se destacar dentre os diversos fatores que contribuíram par esse processo, o aumento das atividades extrativistas como “carro chefe” tanto da recuperação econômica, quanto de um aprofundamento da interiorização da economia<sup>2</sup> do Estado, pois esta atividade coloca a Região Norte Fluminense (RNF) como um pólo de destaque econômico.

Silva Neto (2006) afirma que as perspectivas de retomada no processo de crescimento econômico do Estado tem se desenvolvido basicamente numa relação de alta dependência com a indústria do petróleo, situada na Bacia de Campos. Dados do CIDE (2004) *apud* Silva Neto (2006) mostram a participação de 34,4% das atividades da indústria extrativista e de transformação no PIB – Produto Interno Bruto do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2003.

Contudo, segundo Oliveira (2003, p.114) “...em termos de estrutura industrial, por enquanto, a atividade extrativista tem gerado maior expectativa na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, já que a maior parte da estrutura industrial e de serviços no Estado se localiza nela...”.

Na Região Norte Fluminense ainda há uma forte herança econômica ligada às atividades agrícolas e pouco modernizadas, com destaque para o setor sucro-alcooleiro. De modo complementar, a região ainda enfrenta uma grande resistência e um forte regionalismo (ou coronelismo) (Cruz, 2004) por parte dos poderes mais conservadores em relação a novas alternativas empreendedoras e diversificadas para a economia.

---

<sup>2</sup> O pólo metal-mecânico no Médio Paraíba, não tem tanto peso neste processo quanto a atividade extrativista, pois apesar de todo dinamismo e crescimento, não tem alcançado os altos índices de participação no PIB Estadual conseguidos pela atividade extrativista

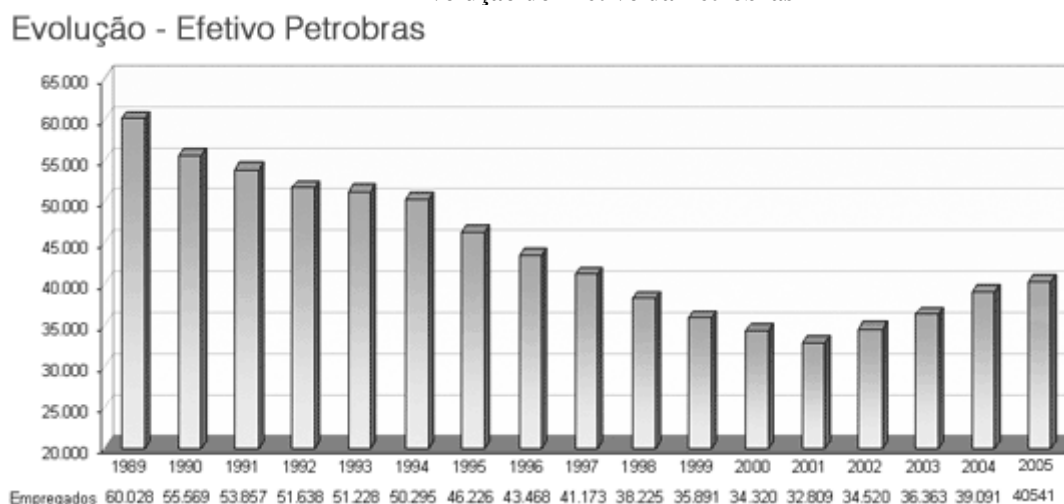


O município de Macaé, em 1977, é escolhido como base para implantação da infraestrutura técnica e logística de exploração do petróleo na Bacia de Campos. Tal decisão frustrou as elites do município de Campos dos Goytacazes, que esperavam que a escolha fosse sua cidade, gerando até mesmo protesto em praça pública contra a decisão da Petrobrás. (Crespo, 2003)

Apesar do já referido contexto nacional de “enxugamento do Estado” na década de 80, a Petrobrás continuou a aumentar suas atividades de exploração e produção e a obter resultados satisfatórios. Isto se deu, em parte, por a estatal petrolífera desfrutar de autonomia administrativa e financeira. Aliados a essa autonomia somam-se uma conjuntura nacional de contração de importações e a descoberta de novos poços, que tornaram os investimentos na exploração e produção de petróleo, imprescindíveis para a busca da auto-suficiência nacional.

Visando o aumento da competitividade, a Petrobrás passou por um processo de reestruturação interna para o aumento da eficácia e produtividade, resultando na Bacia de Campos, em redução no número de empregos diretos de 10.000 na década de 80, para cerca de 7.000 atualmente (ver Gráfico 1). Essa redução no número de empregos têm uma estreita relação com a terceirização de alguns setores a partir da década de 90.

**Gráfico 1**  
**Evolução do Efetivo da Petrobrás**



Fonte: Petrobrás

Apesar do descobrimento de campos gigantes de petróleo como, por exemplo, Marlim, Albacora e Marlim Sul na década de 80 (ver Gráfico 2, abaixo), as atividades de exploração e produção de petróleo produziram resultados econômicos muito tímidos para a economia fluminense. Porém, fundamentais para evitar que a “crise real” pelo qual o ERJ passava na época fosse pior. (Silva, 2004)

É importante destacar os avanços tecnológicos da exploração e produção de petróleo e gás pela Petrobrás a partir da década de 80: a exploração fazia estudos sísmicos em 3D (avançados para a época) e utilizava tecnologias de exploração que otimizavam a interpretação dos dados e diminuía os custos e os riscos da atividade. O resultado de tais investimentos foi à descoberta de cerca de 20 novos campos na época. A produção também não ficava atrás, procurava avançar tecnologicamente, iniciando por exemplo, em 1986, o primeiro Programa de Desenvolvimento Tecnológico da Petrobrás em Sistemas de Produção em Águas Profundas (PROCAP) que visava melhorar técnica na produção de petróleo e gás em lamina d’água de até 1.000m. (Silvestre, 2006)

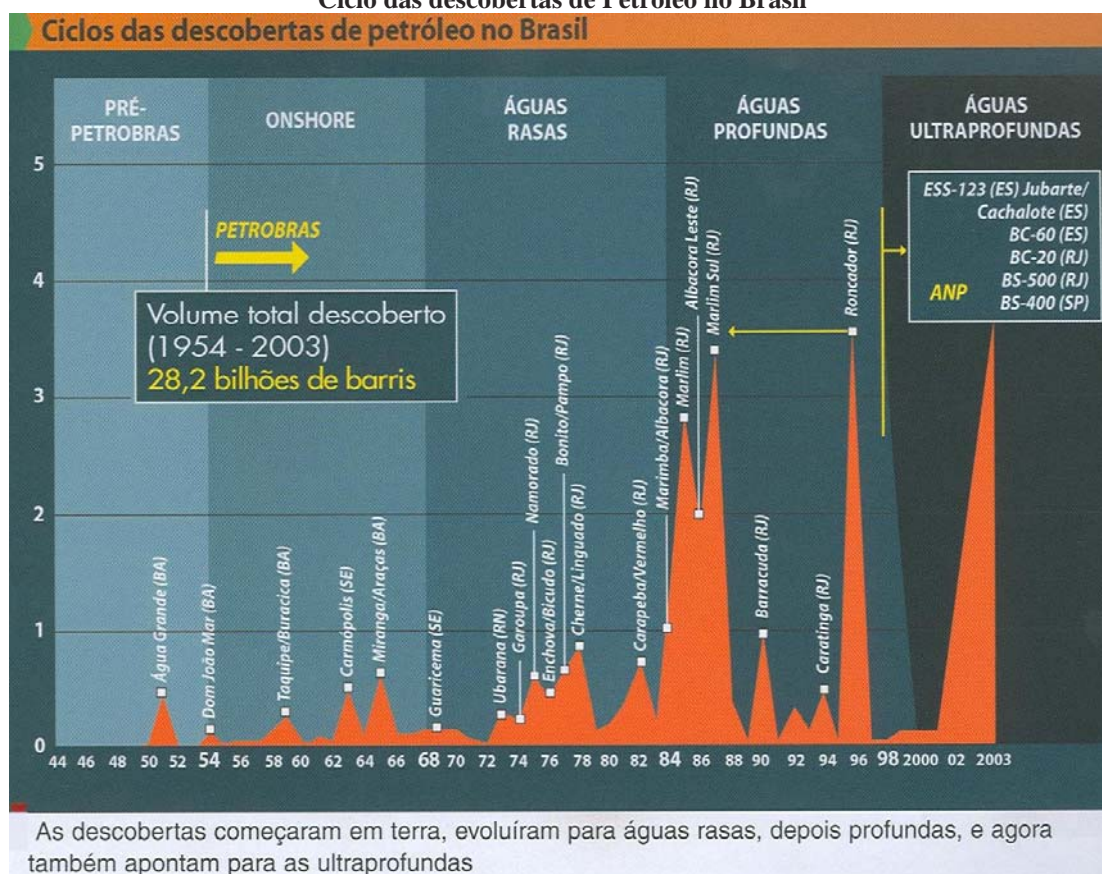


A partir da década de 90, a Petrobrás inicia a produção em grande escala. Isto se deve à crescente modernização e incrementos tecnológicos na exploração e produção, tais como o uso de GPS (Sistema de Posicionamento Global), o processamento dos dados *onboard* (a partir do próprio navio), e análises sísmicas em 4D, que ajudavam a reduzir o tempo na obtenção e processamento de dados.

Além disto, foi dada continuidade ao PROCAP, sendo lançado o PROCAP-2000 (Programa de Inovação Tecnológica da Petrobrás em Sistemas de Exploração em Águas Profundas – entre 1.000m e 2.000m de lamina d’água) com metas mais ambiciosas que o primeiro, desenvolvendo inúmeros projetos sísmicos em águas profundas. Não se limitando, a Petrobrás já vem desenvolvendo o PROCAP-3000 (Programa Tecnológico da Petrobrás para Sistemas de Exploração em Águas Ultra-Profundas – 3.000m de laminas d’água) visando o desenvolvimento de tecnologia para exploração e produção em águas ultras-profundas. (Silvestre, 2006).

É justamente nesta época que são descobertos importantes campos, como os de Caratinga (1994), Roncador (1996) e Jubarte (2002), e são colocadas em operação plataformas nos campo de Marlim Sul (1994), Albacora Leste (1998), Roncador (1999), Jubarte (2002) e muitos outros.

Gráfico 2  
Ciclo das descobertas de Petróleo no Brasil



Fonte: Petrobrás

Foi também na década de 90, mais precisamente em agosto de 1997, que a Lei Nº 9.478 (Lei do Petróleo), seguindo a lógica neoliberal de abertura de mercados, decretou o fim do monopólio da Petrobrás para a exploração do petróleo. Essa abertura resultou na entrada de inúmeras empresas multinacionais para a exploração e produção na Bacia de Campos.



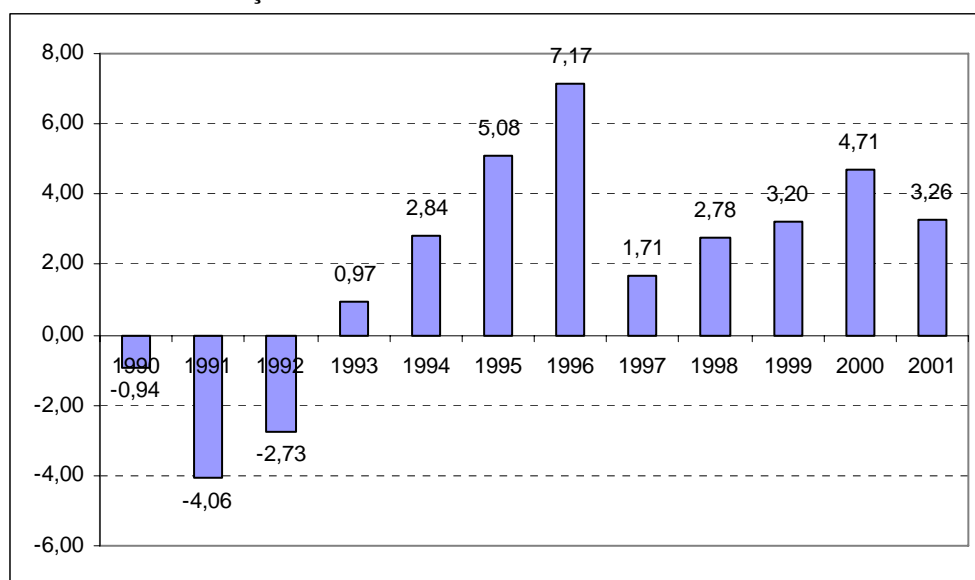
Porém, a Petrobrás continuou com um papel hegemônico na aglomeração industrial de petróleo e gás no Norte Fluminense.

“ A situação de liderança da Petrobrás é natural em virtude da enorme parcela de movimentação financeira de que é responsável a empresa, do grande percentual das encomendas demandadas e da própria estrutura monopolista em vigor antes de 1997, fazendo com que as atividades das outras operadoras sejam ainda pouco significativas e, muitas das vezes, em forma de parcerias com a própria Petrobrás.” (Silvestre, 2006, p. 69)

#### 4. Impactos na Região Norte Fluminense

O crescimento das atividades extrativistas no ERJ é claramente notado atualmente pelo fato de o Estado produzir mais de 80% de toda produção nacional. Tal crescimento gerou grandes impactos na economia fluminense. Segundo Oliveira (2003), o setor extrativista foi um dos grandes protagonistas da inflexão dos índices da economia em 1993 (ver Gráfico 3), mostrando uma variação positiva de crescimento do PIB, justamente na época em que a Petrobrás passou por um processo de reestruturação e ampliação da sua capacidade produtiva.

**Gráfico 3**  
**Variação anual do PIB no Estado do Rio de Janeiro 1990 - 2001**



Fonte: CIDE, Anuário estatístico, 2001 e 2002 *apud* Oliveira (2003)

Vale a pena destacar os estudos realizados por Terra (2003) que atestam a para uma concentração do complexo produtivo do petróleo e gás no município de Macaé, em detrimento aos demais municípios da região Norte Fluminense. Porém os impactos econômicos, espaciais e sociais não se restringem a Macaé, envolvem a região Norte Fluminense e vai além dela, manifestando-se de forma heterogênea nos municípios afetados.

As atividades extrativistas passaram a servir como um “dínamo” para o fortalecimento da economia fluminense. Esta acaba por ser o epicentro de uma espécie de “efeito ondulatório” para fomento de outros setores da economia, criando, por assim dizer, “ondas” de crescimento em outras atividades, com conseqüências na estrutura urbana das cidades.

O setor extrativista, além de gerar empregos diretos, atrai inúmeras empresas de apoio e prestadoras de serviço vinculados à exploração e produção de petróleo. Empresas essas de reposição de peças, de equipamentos, acessórios, entre outras. O aumento da atividade industrial faz aumentar o número de empresas, a circulação de pessoas e de capital,

migrações para a região e aumenta a população(Tabela 1) Tudo isto “esquenta” o setor da construção civil e o mercado imobiliário. Atraídos também pelas belas paisagens turísticas, casas, prédios residenciais e comerciais e redes de hotéis vêm sendo construídos com maior frequência, devido à alta demanda, principalmente em Macaé e nas baixadas litorâneas (Região dos Lagos), extrapolando os limites da Região Norte Fluminense.

Comprovando-se isto, Oliveira (2003) destaca o fato de o metro quadrado mais caro do ERJ se encontrar na Praia de Cavaleiros, balneário turístico em Macaé. Mas, devido ao alto preço dos terrenos em Macaé, grande parte da mão-de-obra técnica, da atividade extrativista, prefere residir no município de Campos dos Goytacazes ou em outros municípios próximos a Macaé. (Cruz, 2004)

Com relação ao crescimento demográfico da Região Norte Fluminense (ver Tabela 1), não se pode desperceber os problemas decorrentes a ele. Pois, as atividades extrativistas além de atraírem mão-de-obra qualificada para ocupar seus postos de trabalho, atraem também milhares de pessoas de diversas partes do ERJ e do país, com pouca ou nenhuma qualificação para trabalhar num setor de alta tecnologia, incapaz de absorver este tipo de demanda. Isto contribui para a favelização, a informalidade e o aumento da violência, principalmente em Macaé que vem apresentando as maiores taxas de crescimento populacional da Região Norte Fluminense.

**Tabela 1**  
**População e crescimento demográfico nos municípios da Bacia de Campos do ERJ**

Município	População em 1991 (1000)	População em 2000 (1000)	Taxa média de crescimento anual 1991/2000 (%)
Rio das Ostras	18.223	36.419	8,07
Armação de Búzios	10.532	18.204	6,33
Cabo Frio	74.383	126.828	6,17
São Pedro da Aldeia	42.947	63.227	4,43
Casimiro de Abreu	15.622	22.152	3,99
Macaé	94.126	132.461	3,91
Quissamã	10.467	13.674	3,04
Carapebus	6.769	8.666	2,81
S. F. Itabapoana	33.358	41.145	2,38
Arraial do Cabo	19.866	23.877	2,08
Campos	376.306	406.989	0,88
São João da Barra	26.203	27.682	0,62

Fonte: Monié (2003)

Neste sentido, Monié (2003) aponta para um descompasso existente no espaço urbano de Macaé. Enquanto os profissionais mais qualificados, funcionários diretos da Petrobrás ou das grandes empresas, residem em bairros novos, muitas vezes em condomínios de luxo, ou ainda fora de Macaé, a mão-de-obra pouco ou não qualificada reside em espaços periféricos, muitas vezes por ocupação, com pouca ou nenhuma infra-estrutura básica.

O setor extrativista de petróleo, por operar em alta tecnologia, necessita de mão-de-obra altamente qualificada, tanto em nível técnico como em nível superior. Por isso se faz necessário à região atender estas expectativas. Havendo assim, um aumento de instituições de ensino na região, em todos os níveis, mas em especial técnico e superior, possuindo 3 universidades públicas (UFF, UENF E UFRJ), 2 escolas técnicas, uma federal (CEFET) , que também oferece cursos de nível superior, e uma estadual (Escola Técnica João Barcelos Martins). Possui várias instituições privadas de ensino superior (UCAM, ISECENSA,

UNIVERSO, Estácio de Sá, etc) e também conta com instituições de ensino do Sistema S (SENAI, SENAC, SENAT). Essa infra-estrutura educacional possibilita a formação profissional não apenas para demanda extrativista, mas também outras atividades. (Cruz, 2004).

Esse aumento das instituições de ensino faz com que a demanda de alunos aumente, não se limitando apenas a Campos ou ao Norte Fluminense, mas atrai alunos até do Espírito Santo. Diariamente chegam em Campos, cerca de 300 ônibus com alunos para as instituições. Isto contribui não apenas para a atividade de transporte, mas também para o setor da construção civil, tanto nas construções habitacionais (muitos estudantes optaram por morar em repúblicas na cidade), como na ampliação e manutenção da infra-estrutura de circulação viária, melhorando rodovias e estradas que interligam os municípios da região. (Oliveira, 2003)

A área de saúde também foi afetada positivamente por este “efeito ondulatório”. Houve um crescimento no número de hospitais e clínicas de excelência, principalmente em Campos, mas também em Itaperuna, já no Noroeste Fluminense. (Carvalho e Rosendo, 2004)

Assim como o setor da construção civil, o setor de serviços e o comércio também são atraídos por esta dinâmica de crescimento.

A partir desta intensa relação existente entre os municípios da Região Norte Fluminense, percebe-se desenhar a formação de uma economia regional baseada nas atividades extrativistas concentradas em Macaé e no crescimento do setor dos serviços em Campos, que acaba por assumir um determinado grau de complementaridade.

Percebe-se claramente, portanto, os fortes impactos do setor petrolífero na reestruturação da economia da Região Norte Fluminense, reorganizando uma região, que anteriormente tinha uma economia voltada para a atividade agrícola, que perdera ritmo e fora enfraquecendo ao longo das últimas décadas, vislumbra com as atividades extrativistas perspectivas de recuperação e diversificação de sua economia.

A partir do exposto, deve ficar evidente que o processo de dinamização da economia e da infra-estrutura urbana da Região Norte-Fluminense a partir das atividades extrativistas, deve-se prioritariamente a dois fatores explicativos apontados por Oliveira (2003).

O primeiro, diz respeito à própria posição geográfica da Região Norte Fluminense, que por estar afastado do núcleo metropolitano, não pôde se beneficiar da infraestrutura urbana deste, tendo assim, a necessidade de construir (ainda em formação) uma infraestrutura própria para atender às necessidades do setor extrativista. Isto se deu, por exemplo, pelo aumento de instituições de ensino técnico e superior (setor de serviços) e também pela ampliação do setor de construção civil em toda região e demais investimentos em infraestrutura urbana (Oliveira, 2003, p. 47 e 115).

O segundo fator é que o grande “boom” das atividades petrolíferas em meados da década de 90, deu-se, além da expansão da capacidade de exploração e produção (E&P) da Petrobrás<sup>3</sup>, mas também pela quebra do monopólio da exploração de petróleo pela Petrobrás, a partir da Lei No. 9478, resultando na atração de inúmeras empresas multinacionais, dando um grande “impulso”, não só para as atividades extrativistas, mas também para os demais setores da economia na região. (Oliveira, 2003 e Carvalho e Rosendo, 2004)

#### **4.1. Uma nova polarização espacial na Região Norte Fluminense**

Atualmente entre os nove municípios da Região Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes e Macaé destacam-se como os principais pólos econômicos da região.

---

<sup>3</sup> Como já mencionado, a ampliação das atividades de E&P, a partir da intensa modernização que a Petrobrás passou nas últimas décadas, e continua a passar.

Estes dois municípios possuem as maiores populações, as maiores áreas territoriais, os maiores PIB da Região (Tabela 2). São ainda os municípios que mais recebem *royalties* do petróleo, juntos recebem cerca de 83,7% dos valores distribuídos (ANP, 2004 *apud* Silva Neto, 2006). Além disso, apresentam as maiores evoluções no emprego formal (gráfico 4), enquanto os demais municípios mostram muito pouca variação. Campos e Macaé juntos detêm cerca de 87% dos empregos da região (Tabela 3 e Gráfico 5).

**Tabela 2**  
**Área territorial, População e PIB dos municípios da Região Norte Fluminense**

Municípios da Região Norte Fluminense	Área territorial(km)	População estimada (2005)	PIB a preço de mercado corrente, valores de mil reais(2002)
Campos dos Goytacazes	4.032	426.212	11.086.350
Macaé	1.216	156.410	9.280.540
Carapebus	306	10.170	1.044.533
Quissamã	716	15.683	2.006.140
São João da Barra	459	28.609	423.690
São Francisco do Itabapoana	1.111	46.024	421.790
São Fidélis	1.028	38.172	361.157
Conceição de Macabu	348	19.647	228.328
Cardoso Moreira	515	12.465	182.196

Fonte: IBGE (@cidades)

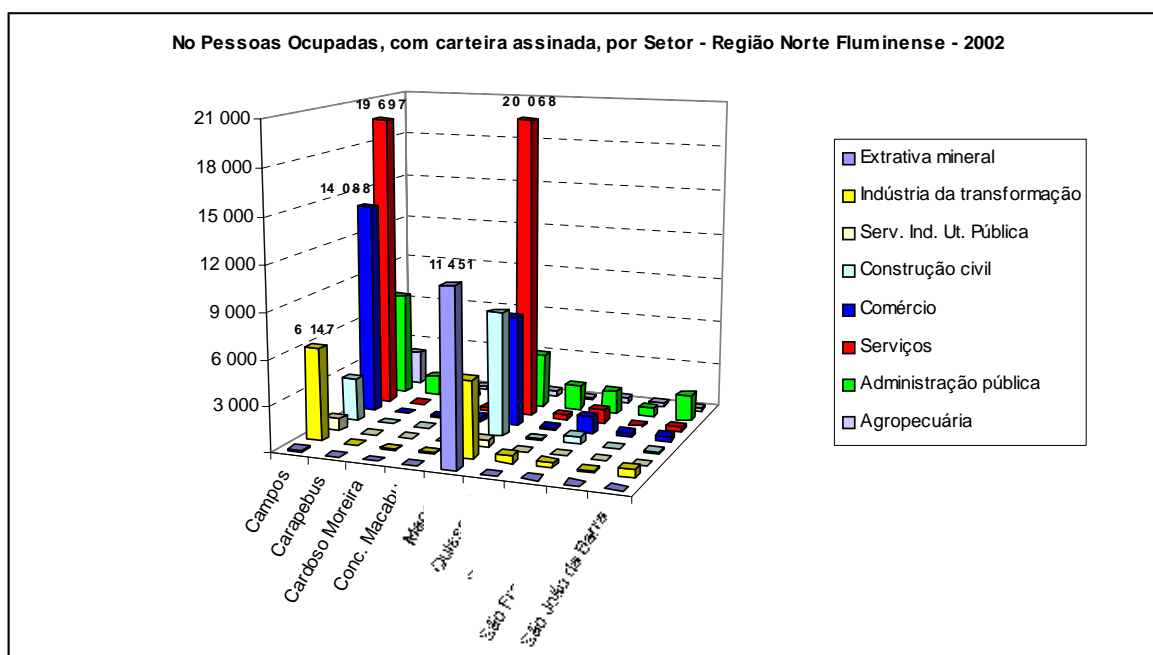
**Tabela 3**  
**Número de pessoas ocupadas, com carteira assinada, por setores de atividade econômica, Estado do Rio de Janeiro, Região Norte Fluminense e seus municípios**

Regiões de Governo e municípios	Total	Número de pessoas ocupadas, com carteira assinada, por setores de atividade econômica							
		Extrativa mineral	Indústria da transformação	SIUP (1)	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária
<b>Estado</b>	<b>2 922 463</b>	<b>18 079</b>	<b>306 031</b>	<b>39 086</b>	<b>111 003</b>	<b>526 166</b>	<b>1 284 203</b>	<b>614 796</b>	<b>23 099</b>
<b>Região Norte Fluminense</b>	<b>125 729</b>	<b>11 629</b>	<b>12 759</b>	<b>1 299</b>	<b>11 807</b>	<b>23 782</b>	<b>41 569</b>	<b>18 820</b>	<b>4 064</b>
Campos dos Goytacazes	52 943	140	6 147	809	2 852	14 088	19 697	6 962	2 248
Carapebus	1 451	-	2	-	28	53	19	1 342	7
Cardoso Moreira	1 236	2	44	-	-	79	36	875	200
Conceição de Macabu	1 426	5	92	7	18	273	213	591	227
Macaé	56 521	11 451	5 050	444	8 187	7 367	20 068	3 571	383
Quissamã	2 778	-	508	1	84	124	261	1 633	167
São Fidélis	4 814	27	314	6	544	1 151	899	1 492	381
São Francisco de Itabapoana	1 408	-	113	29	16	298	82	612	258
São João da Barra	3 152	4	489	3	78	349	294	1 742	193

Fonte: CIDE - Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro - 2004 *apud* Silva Neto, (2006)

(1) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

**Gráfico 5**  
**Número de pessoas ocupadas, com carteira assinada, por Setor - Região Norte Fluminense**

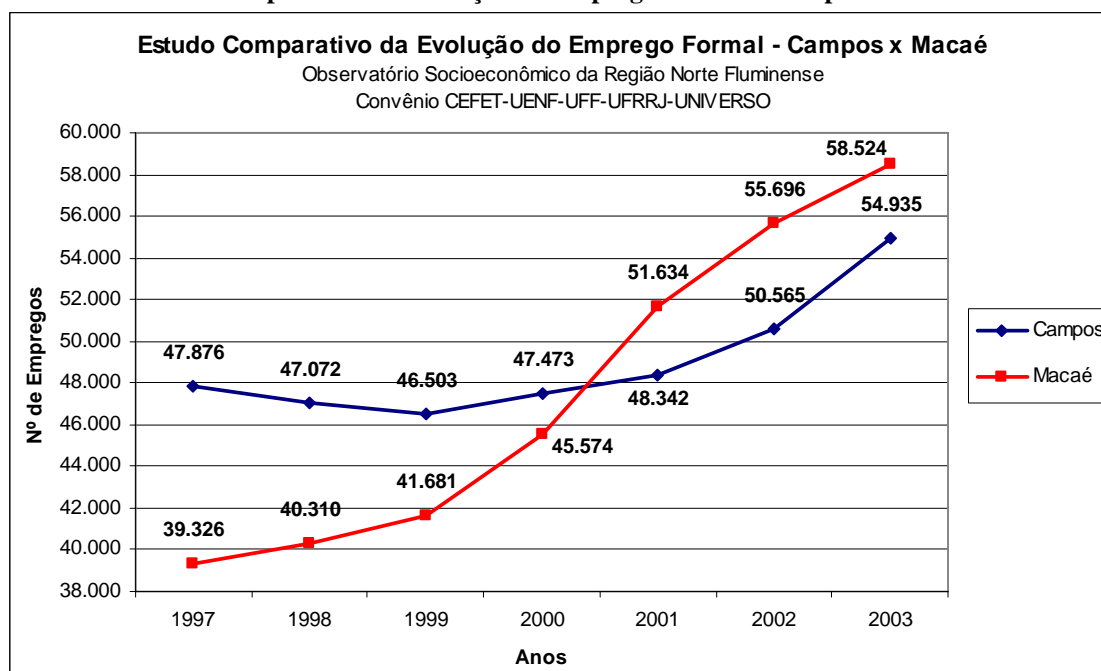


Fonte: Silva Neto (2006)

No que diz respeito ao emprego formal nos outros municípios da Região Norte Fluminense, percebe-se uma grande concentração do número de empregos na Administração pública (Tabela 3 e Gráfico 5). Em todos os municípios da Região, exceto Campos e Macaé, este setor tem sido o maior empregador. Isto comprova a incompetência de seus administradores em dinamizar e diversificar suas economias, apesar gama de recursos arrecadados através dos *royalties* do petróleo (ver Tabela 4, no item 5. A benção dos *royalties*). Além disso, a absorção de um grande número de pessoas, formalmente e informalmente, comprova também a idéia, de que as prefeituras desses municípios têm se tornado verdadeiros “cabides de empregos”.

Ainda em relação ao emprego formal, deve-se dar destaque a Macaé, que aproximadamente no ano 2000 assumiu a “liderança” da região no número de empregos formais, que antes pertencia a Campos (Gráfico 6), e hoje já é o município do interior do ERJ que mais absorve trabalhadores formais. (Silva Neto, 2005)

**Gráfico 6**  
**Estudo Comparativo da Evolução do Emprego Formal - Campo x Macaé**



Fonte: Silva Neto (2006)

Dentre os setores de maior destaque na geração de empregos em Macaé, estão as atividades extrativistas e também ao setor de serviços (Tabela 3 e Gráfico 5). Sendo que no setor de serviços, destaca-se a grande importância dos serviços de apoio e auxílio às atividades extrativistas.

Já o município de Campos dos Goytacazes, segundo Silva Neto (2005), vem a partir de 2000, apresentando ligeiro crescimento nos níveis de emprego formal. Tendo os setores de Serviços (principalmente a Saúde e Educação) e Comércio (principalmente Varejista) como principais empregadores (Tabela 3 e Gráfico 5).

A razão da polarização econômica e espacial nos municípios de Campos e Macaé, explica-se no caso de Macaé, pelo fato de o complexo produtivo da indústria extrativista ter se concentrado exclusivamente em seu território. Já Campos, alia uma “herdada” importância histórica para a Região com sua importância populacional (tabela 2), e ainda, conforme se viu no sub-tópico anterior, apresenta crescimento do setor de serviços, em especial as áreas de Saúde e Educação, que atendem aos demais municípios da Região Norte Fluminense e até de outros Estados.

Neste sentido Carvalho e Totti (2004), em estudos sobre hierarquia urbana no Norte-Noroeste Fluminense, também apontam Campos e Macaé como os dois principais pólos da Região Norte Fluminense. Neste estudo, Campos apareceu polarizando 8 cidades, sendo que 4 delas se encontravam na Região Noroeste Fluminense. Já Macaé apareceu polarizando apenas 3 cidades, devido o recorte geográfico utilizado pelo autor levar em consideração apenas as Regiões Norte e Noroeste Fluminense. Pois se este recorte fosse mais abrangente, algumas cidades da Região dos Lagos apareceriam polarizadas por Macaé.

Observa-se com isto que Campos e Macaé vêm se constituindo como importantes pólos econômicos para além da Região Norte Fluminense. E podem se tornar importantes “nós” da malha urbana do ERJ.

## 5. A “benção” dos *royalties* do petróleo

Além de toda dinâmica e crescimento na economia do Norte Fluminense, as atividades extrativistas de petróleo também se mostram presentes na região de maneira bem clara, por meio do pagamento de *royalties* aos municípios no entorno da bacia de Campos.

O repasse do *royalties* pela Petrobrás aos municípios confrontantes com os poços na bacia de Campos, ainda em meados da década de 80, geraram impactos orçamentários muito tímidos. Todavia, com a Lei No 9.478/97, tais recursos foram potencializados. Os critérios e cálculos dos repasses de *royalties* e participações especiais foram revistos, deixando assim, de uma hora para outra, os municípios do Norte Fluminense com uma das maiores receitas orçamentárias per capita do país. (Serra, 2004).

**Tabela 4**  
**Receita Orçamentária per capita dos Municípios Produtores de Petróleo do Estado do Rio de Janeiro e do Conjunto dos Municípios Brasileiros<sup>4</sup>, Segundo Tamanho Populacional -2002 ou 2003<sup>5</sup>**

Municípios Produtores do Estado do Rio de Janeiro					Receita per capita Média (2002) do Conjunto dos Municípios Brasileiros (R\$ )
Faixa de Tamanho Populacional (hab.)	Ano	População	Receita Orçamentária (R\$)	Receita Orçamentária per capita (R\$)	
<b>&lt;20.000</b>	<b>2002</b>				<b>782,92</b>
Quissamã	2003	13.674	90.000.000	<b>6.581,83</b>	
Carapebus	2002	9.365	38.331.786	<b>4.093,09</b>	
Armação de Buzios	2002	18.204	56.275.540	<b>3.091,38</b>	
<b>[20.000;50.000]</b>	<b>2002</b>				<b>531,34</b>
São João da Barra	2003	28.193	53.000.000	<b>1.879,88</b>	
Rio das Ostras	2003	45.874	93.317.390	<b>4.214,12</b>	
<b>[50.000;100.000]</b>	<b>2002</b>				<b>555,17</b>
<b>[100.000;250.000]</b>	<b>2002</b>				<b>654,94</b>
Macaé	2002	140.466	361.258.182	<b>2.571,85</b>	
Cabo Frio	2002	137.863	171.258.962	<b>1.242,24</b>	
<b>250.000;500.000]</b>	<b>2002</b>				<b>628,11</b>
Campos dos Goytacazes	2003	417.763	450.342.470	<b>1.077,99</b>	

Fonte: Elaboração própria a partir da STN apud Serra (2004)

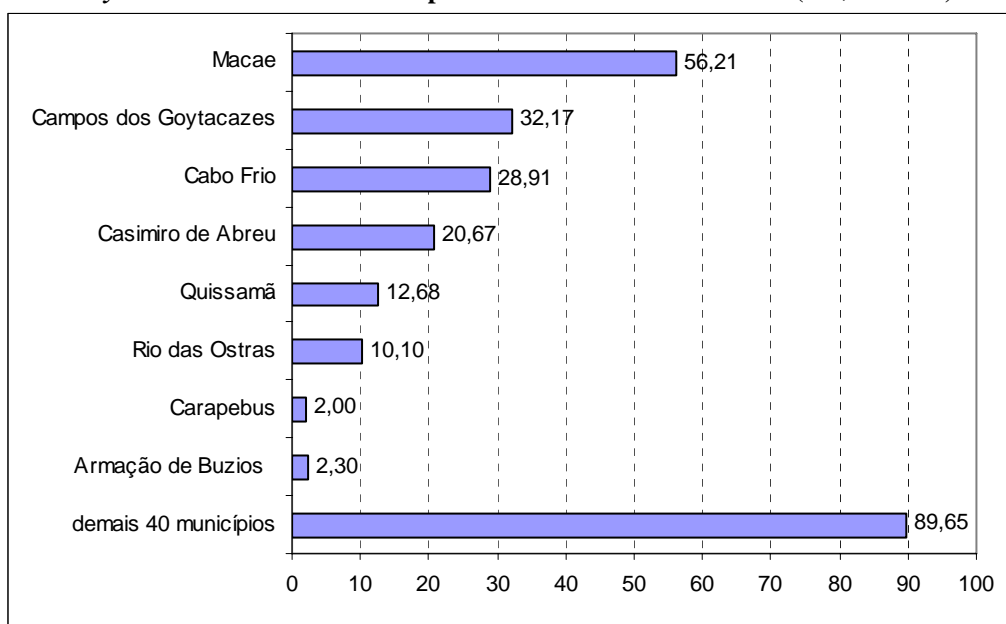
Cruz (2004) também mostra por meio de dados empíricos, o crescimento vertiginoso na receita dos *royalties*, conforme os gráficos a seguir:

<sup>4</sup> Um total de 4.130 municípios constavam da base da Secretaria do Tesouro Nacional relativa à execução orçamentária de 2002.

<sup>5</sup> Quando de 2002, as receitas se referem à execução orçamentária, quando de 2003, expressam as receitas orçadas.

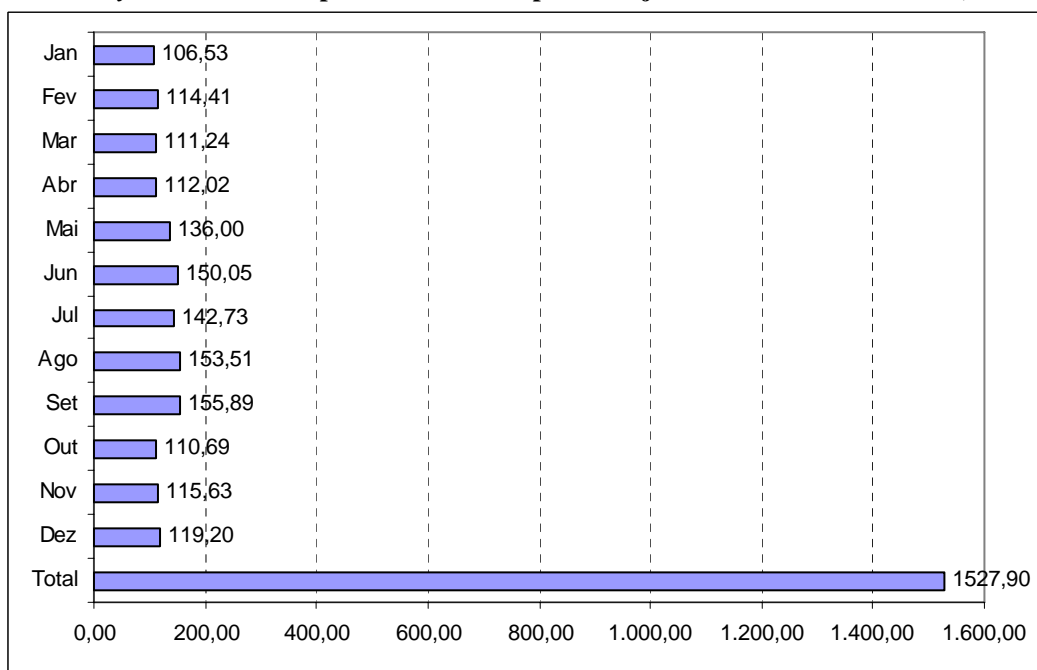


**Gráfico 6**  
**Royalties recolhidos aos municípios entre maio/87 e outubro/98 (US\$ milhões)**



Fonte: Petrobrás *apud* Cruz (2004)

**Gráfico 7**  
**Royalties recolhidos pela Bacia de Campos entre janeiro e dezembro/2001 (R\$)**



Fonte: Petrobrás *apud* Cruz (2004)

Sobre o emprego e benefício dos *royalties* por parte da população, a discussão está lançada e junto com ela a insatisfação presente, com unanimidade, por todos autores aqui estudados.

Anterior ainda a esta discussão Serra (2003 e 2004), questiona os próprios critérios de distribuição dos *royalties*, apontando para um determinismo físico nesses critérios.

Serra ainda fala da fragilidade da lei que potencializa a arrecadação de *royalties* pelos municípios e das pressões externas para acabar o benefício. É neste sentido que tanto Serra

como Piquet (2003) apontam a defesa do direito aos *royalties* como parte fundamental da “espinha dorsal” na criação da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo (Ompetro).

“A criação da Ompetro teve caráter nitidamente político, sendo um dos seus objetivos imediatos estabelecer um “diálogo de iguais” no mundo do petróleo. No médio prazo, ela busca obter representação no Conselho Nacional de Política Energética, em Brasília, e tem ambições de constituir um fundo de desenvolvimento para a região, já prevendo uma futura redução no recebimento de *royalties*”. (Piquet, 2003, p.231)

Oliveira (2003) critica a forma de utilização dos recursos advindos dos *royalties* por parte das administrações municipais. Segundo o autor, os *royalties* não se traduzem em investimento na infraestrutura produtiva, econômica e social.

“... Pelo contrário, parece que a grande ampliação desses recursos causa uma espécie de paralisia nas administrações municipais, que arrefecem sua participação nos fóruns econômicos, sociais e políticos regionais, demonstrando uma certa incapacidade de democratizar os recursos públicos a favor de um projeto socialmente construído.” (Oliveira, 2003, p.137)

O referido autor ainda aponta, para a falta de compromisso econômico e social no emprego dos recursos dos *royalties*, por alistar as prioridades das administrações municipais, que se empenham em obras faraônicas (por exemplo, o ginásio poliesportivo e o parque de exposições em Quissamã); obras de embelezamento das cidades, como construção de praças (vide a reforma milionária da praça São Salvador em Campos dos Goytacazes); cultura de asfaltamento de ruas e estradas, sob administração municipal, onde são despejados milhões de reais com frequência .

O autor também fala dos gastos milionários com shows e esportes.

“... somente nos primeiros 150 dias de 2003, a prefeitura de Campos patrocinou 410 shows, média de quase três espetáculos diários. Gastando a quantia de R\$ 15 milhões. Isso sem mencionar que as seleções de vôlei e de basquete da cidade, atualmente competindo entre as melhores do país, contam com o financiamento da prefeitura, inclusive para a contratação de atletas das seleções brasileiras para as equipes”. (Oliveira, 2003, página 190)

Todos os autores analisados fazem coro de que o emprego dos recursos dos *royalties*, com maior participação da sociedade civil, deveriam estar voltados em investimentos que possibilitassem à região um grau maior de diversificação econômica, alternativas produtivas além das atividades extrativistas, criando possibilidades reais, para um tempo em que não apenas os *royalties* vão exaurir, mas também todo o ciclo do petróleo, que é um bem finito. Por isso, se fazem precisas as palavras de Crespo (2003), quando diz que “ os *royalties* significam a oportunidade de um presente que pode garantir o futuro e não mais ficar chorando um passado de coronéis, escravos e canaviais”. (Crespo, 2003, p. 255)

## 6. Conclusões

As atividades petrolíferas se apresentaram como peça-chave na reestruturação econômica e produtiva, não apenas no Norte Fluminense, mas também em todo o Estado do Rio de Janeiro, por recuperar bases produtivas, ditar a dinâmica econômica e urbana nos municípios do Norte Fluminense, retomando o crescimento econômico e potencializando os orçamentos municipais (*royalties*).

Diante de tantas possibilidades, cria-se uma oportunidade quase única, principalmente para os municípios do Norte Fluminense, de diversificar e ampliar sua economia, de gerar benefícios sociais de maneira grandiosa e inclusiva e de pensar, planejar e construir socialmente o espaço.

Conclui-se também, que a RMRJ ainda concentra grande parte da população e dos investimentos no ERJ, bem como as maiores participações no PIB estadual. Contudo, percebe-se em curso um processo de interiorização econômica no ERJ, devido à maior inserção de regiões anteriormente marginalizadas, como o Norte Fluminense, na dinâmica produtiva e econômica do estado.

Campos dos Goytacazes e Macaé têm apresentado crescimento econômico nos últimos anos, e já podem ser considerados importantes pólos nas Regiões Norte, Noroeste e dos Lagos. Estes têm possibilidades de se tornar também importantes pólos regionais na economia estadual, principalmente Macaé, que concentra em seu território o complexo petrolífero. Mas isto vai depender do planejamento de estratégias, tanto dos governos municipais, como do governo estadual, para desenvolver as potencialidades locais, aproveitando-se da intensa dinâmica da indústria do petróleo e dos milionários recursos vindos por meio dos *royalties*.

Faz-se necessário que este processo de despolarização econômica e espacial se consolide, para que o ERJ possa desfrutar de uma malha urbana com mais opções locais tanto para atração de investimentos, quanto de pessoas, “desafogando” a RMRJ, evitando o aumento da favelização, do desemprego, dos problemas ambientais, entre outros problemas característicos de uma “deseconomia urbana”. E além disto evitar um esvaziamento econômico do interior, que resultaria em consequências igualmente drásticas.

## 7. Referências bibliográficas

ALMEIDA, Synthio Vieira de. **A Reestruturação Produtiva da Indústria Brasileira na Década de 1990 Uma análise dos Setores Têxtil, Calçadista e Automobilístico**. Rio de Janeiro, 2002. 148 p. Dissertação (Mestrado) – Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.

CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira. Hierarquia Urbana e Qualidade de Vida no Norte – Noroeste Fluminense. In: PESSANHA, Roberto Moraes & SILVA NETO, Romeu e. **Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense – da cana-de-açúcar aos royalties de petróleo**. Campo dos Goytacazes: WTC editora, 2004 p. 285-305

COELHO, Franklin Dias. Reestruturação econômica e as novas estratégias de desenvolvimento local. In: COELHO, Franklin Dias; Fontes, Ângela (org). **Desenvolvimento Econômico Local : Temas e Abordagens**. Rio de Janeiro, IBM, SERE/FES, 1996. p. 9-25

CRESPO, Nelson. E Campos dos Goytacazes perde a corrida do petróleo. In: PIQUET, Rosélia (Org). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond 2003 p. 239-256

CRUZ, José Luiz Vianna da. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970 – 2000). In: PESSANHA, Roberto Moraes & SILVA NETO, Romeu e. **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense – da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes: WTC editora, 2004 p. 77-116.

DIAS, Robson Santos; SILVA NETO, Romeu e. Impactos de um setor de alto conteúdo tecnológico em regiões periféricas: o caso da Petrobrás em Macaé-RJ. In: **Anais do IX Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, Manaus, 2005, CD-ROM.

FAURÉ, Yves-A. A transformação da configuração produtiva de Macaé (RJ): uma problemática de desenvolvimento local. In: FAURÉ, Yves-A; HASENCLEVER, Lia (Orgs). **O desenvolvimento econômico local no Estado do Rio de Janeiro. Quatro estudos exploratórios: Campos, Itaguaí, Macaé e Nova Friburgo**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2003 p. 69-121.

FUNDAÇÃO CIDE (Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro). Disponível em: <http://www.cide.rj.gov.br>. Acesso em: 23/02/06.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBBSBAWN, Eric. **As décadas de crise**. In: \_\_\_\_\_ **Era dos extremos – o breve século XX**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 p. 393-420.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <http://www.ibge.com.br>. Acesso em: 04/03/06

KNOOP, Joachim. Promoção da Pequena e Média Empresa e a Geração de Empregos: Observações com base nas experiências internacionais. In: COELHO, Franklin Dias; Fontes, Ângela (org). **Desenvolvimento Econômico Local : Temas e Abordagens**. Rio de Janeiro, IBM, SERE/FES, 1996. p. 27-42

MONIÉ, Frédéric. Petróleo, industrialização e organização do espaço regional. In: PIQUET, Rosélia (Org). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond 2003 p. 257-285.

OLIVEIRA, Floriano Godinho de. **Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense**. São Paulo, 2003. 231 p. Tese (Doutorado) – Geografia, Universidade de São Paulo (mimeo).

\_\_\_\_\_. Indicadores sociais e econômicos municipais. In: COELHO, Franklin Dias; Fontes, Ângela (org). **Desenvolvimento Econômico Local: Temas e Abordagens**. Rio de Janeiro, IBM, SERE/FES, 1996. p. 89-103

PETROBRAS. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br>. Acesso em: 18/02/06

PIQUET, Rosélia. Da cana ao petróleo: uma região em mudança. In: \_\_\_\_\_ **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond 2003 p. 219-238.

ROSENDO, Roberto; CARVALHO, Ailton Mota de. Formação econômica do Norte Fluminense. In: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu e. **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense – da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes: WTC editora, 2004 p. 27-75.

SANTOS, Ângela Moulin S. Penalva. **Economia, Espaço e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SERRA, Rodrigo Valente. Sobre o advento dos municípios “novos ricos” nas regiões petrolíferas nacionais. In: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu e. **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense – da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes: WTC editora, 2004 p. 173-192.

\_\_\_\_\_; PATRÃO, Carla. Impropropriedades dos critérios de distribuição dos royalties no Brasil. In: PIQUET, Rosélia (Org). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond 2003 p. 185-216

SILVA, Robson Dias da. **Rio de Janeiro: Crescimento, Transformações e sua Importância para a Economia Nacional (1930-2000)**. Campinas, 2004. 166p. Dissertação (Mestrado) Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia - Universidade Estadual de Campinas.

SILVA NETO, Romeu e. **Arranjo produtivo do petróleo e gás da região norte fluminense: análise da participação e potencialidades das micro e pequenas empresas**. Campos dos Goytacazes, 2004 (a). 18p. Projeto de Pós-Doutorado – Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos. (mimeo)

\_\_\_\_\_ O papel das administrações municipais no processo de desenvolvimento local – uma proposta para a Região Norte Fluminense. In: PESSANHA, Roberto Moraes & SILVA NETO, Romeu e. **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense – da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo.** Campos dos Goytacazes: WTC editora, 2004 (b) p. 333-364

\_\_\_\_\_ **A evolução do emprego formal na Região Norte Fluminense: uma análise do período jan/1997 - dez/2004.** Boletim técnico nº 13, Campos dos Goytacazes, 2005.

\_\_\_\_\_ **Indústria e desenvolvimento na região Norte Fluminense: crescimento econômico e o problema da extrema heterogenidade econômico-espacial no Estado do Rio de Janeiro.** In. CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugenia Ferreira (orgs). Formação histórica e econômica do Norte Fluminense. Rio de Janeiro: Garamond, 20006 p. 225-274

SILVESTRE, Bruno dos Santos. **Aglomeración Industrial de Petróleo e Gás do Norte Fluminense: Conexões de conhecimento e Posturas Tecnológicas das Firms.** Rio de Janeiro, 2006. 136p. Tese (Doutorado) - Engenharia de Produção, Departamento de Engenharia Industrial – Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção.

TERRA, Denise. A formação de um cluster petrolífero nos municípios da Bacia de Campos. In: PIQUET, Rosélia (org). **Petróleo, royalties e região.** Rio de Janeiro: Garamond 2003 p. 287-307.